

**Compromisso
com a
Educação**

**A EXPERIÊNCIA DE
S. J. DA VARGINHA - MG
1989/1992**

8

INICIATIVA



REALIZAÇÃO



APOIO



MEC

Ministério da Educação e do Desporto

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Constituição da República Federativa do Brasil - 1988

Projeto Educação & Desenvolvimento Municipal

Coordenação Geral - UNICEF

Carmen Emília Pérez

Coordenação CENPEC

Maria Alice Setúbal Souza e Silva
Marta Wolak Grosbaum

Equipe Participante

Alfredo José da Veiga Neto	RS
Ana Maria Petronetto	ES
Anamérica Prado Marcondes	SP
Deise Aparecida M. de Oliveira	SP
Eny Marisa Maia	SP
Graziani Gervázio Fonseca	PI
Heitor Matallo Jr.	PI
José Melquiades Ursi	PR
Maria Auxiliadora C. Araújo Machado	MG
Maria Bernadette Castro Rodrigues	RS
Maria Cândida Raizer C. Perez	SP
Maria Cecília Antunes Aguiar	PE
Maria Isabel Pedrosa	PE
Maria de Lurdes Salviato	ES
Maria Luíza de Almeida Cunha Ferreira	MG
Maria Neira Oliveira de Araújo	CE
Neide Cruz	SP
Nelson D. Tomazi	PR
Nohemy Ibanez	CE
Sebastião Haroldo de Freitas C. Porto	SP
Sérgio Vasconcelos Luna	SP
Sofia Lerche Vieira	CE

Sumário

Apresentação	9
Introdução	11
A Experiência do Município de São José da Varginha	15
I - Dados Básicos	17
Rede Escolar Básica	20
Ficha-Resumo	21
II - O Problema e Seu Contexto	23
III - A Política Norteadora da Proposta Educacional	27
IV - A Proposta Educacional	31
V - A Implementação das Ações	37
VI - Considerações Finais	45
VII - Anexos	49

Apresentação

Não basta levar todas as crianças à escola, sonho maior de um país que trata bem seus cidadãos, é preciso fazer com que elas permaneçam, progridam e aprendam. Em pelo menos 15 municípios brasileiros isso é realidade ou está perto de vir a ser. *Educação e Desenvolvimento Municipal* é uma coleção de Estudos de Caso que registra a ação destes municípios, no período de 1989/1992.

Universalizar o ensino fundamental é uma das metas da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtiem, Tailândia, em 1990, e do Encontro Mundial de Cúpula pela Criança, ocorrido em Nova Iorque, no mesmo ano. Garantir que todas as crianças brasileiras possam concluir o 1º grau é objetivo não apenas das grandes conferências internacionais. O Brasil tem demonstrado, em seus bolsões organizados e conscientes, a mesma preocupação.

A Constituição Brasileira estabelece grandes responsabilidades para os Estados e Municípios. Juntos têm o mandato de prestar e melhorar o ensino fundamental. Segundo dados de 1990, 53,3% das matrículas eram estatais e 32,2% municipais. São números suficientes para reconhecer a importância da esfera municipal na obra a ser construída.

O processo de consolidação do federalismo brasileiro destaca a esfera local como unidade dinâmica e em movimento. As administrações municipais que assumiram em 1993 têm pela frente desafios de grande porte e, ao mesmo tempo, os prefeitos cada vez mais procuram caminhos que ofereçam respostas aos anseios da sociedade.

Para mudar a realidade, é preciso olhar as lições aprendidas nestes 15 municípios, reconhecer o que é válido e avançar gradativamente até o dia em que todas as crianças possam mostrar o diploma do ensino fundamental, na idade certa.

A coleção *Educação e Desenvolvimento Municipal* inclui municípios das regiões Sul, Sudeste, Nordeste, de nove estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará e Piauí). Municípios de pequeno, médio e grande portes, escolhidos de forma heterogênea. Foram incluídos por serem exemplos de trabalho árduo, sério e conseqüente para mudar o triste perfil da educação brasileira de 1º grau.

Diversidade e criatividade são palavras que descrevem bem a sua variedade. As respostas de cada um são reflexo da conjuntura específica. Mas entre eles há algo em comum: a vontade política. Ela é o carro-chefe das mudanças. Com ela mobilizam-se todos os que têm compromisso com a Escola, na sua mais perfeita tradução.

Como Secretário Executivo do *Pacto pela Infância* e cumprindo seu próprio mandato, o UNICEF apóia as atividades que visem o bem-estar físico, mental e social das crianças brasileiras e de todo o mundo, especialmente os filhos das classes populares. Cabe ao UNICEF divulgar para o Brasil e para todo o planeta as experiências bem-sucedidas em defesa da sobrevivência, proteção e desenvolvimento das crianças. Por isso, sua participação neste trabalho.

11.6.6.1.1-

Agop Kayayan
Representante do UNICEF no Brasil
Secretário Executivo do Pacto pela Infância

Introdução

A análise do sistema educacional brasileiro tem apontado para as desigualdades existentes tanto em nível regional como nas diversas instâncias do ensino. O Brasil, às vésperas do século XXI, ainda assiste ao fracasso da escola brasileira em superar questões básicas como: alfabetização, formação adequada de professores, cumprimento da Constituição, no que diz respeito à formação obrigatória de seus alunos até a 8ª série, altos índices de repetência e evasão escolar.

A busca de soluções desses problemas passa pelo entendimento da complexidade e da diversidade da sociedade brasileira. Não existem modelos únicos ou soluções mágicas, mas nos diferentes foros de debate da atualidade, representantes do governo e da sociedade civil têm apontado para a necessidade de que a escola forme cidadãos capazes de participar da vida política, social e econômica de uma sociedade moderna. Nessa perspectiva, é fundamental que a escola tenha recursos mínimos compatíveis com a função primordial que é ensinar, e estabeleça diretrizes pedagógicas consoantes com as vivências e conhecimentos dos seus alunos e do mundo que os cerca.

Assim exige-se que os egressos do sistema escolar possuam conhecimentos e habilidades cognitivas que os possibilite entender e interpretar a enorme quantidade de informações e valores que lhes são transmitidos diariamente via meios de comunicação e/ou as diferentes instituições com as quais mantêm relações, de modo que possam participar mais ativamente da vida social e política. Na esfera econômica, buscam-se cada vez mais indivíduos que possuam as habilidades cognitivas básicas de raciocínio e de leitura e escrita, a fim de que possam apreender os treinamentos específicos da área de produção e/ou serviços.

O estudo de diferentes experiências educacionais bem-sucedidas e desenvolvidas no âmbito do município tem como objetivo analisar, discutir e divulgar modelos diferenciados de gestão do sistema escolar que criaram formas próprias de interagir com o seu meio social, capacidade de organização escolar e gestão pedagógica voltadas para a melhoria da qualidade do ensino.

Não buscamos algo necessariamente inovador, no sentido de inusitado ou novo. Muitas vezes, soluções simples, mas bem planejadas, que levem em conta as necessidades específicas da comunidade e que são adequadamente implementadas alcançam resultados satisfatórios e merecem ser estudadas e divulgadas.

Nesse sentido buscamos analisar municípios cujas políticas educacionais nortearam suas ações pelo princípio do direito de todos à Educação Básica, buscando, para isso, desenvolver projetos que contemplassem fatores como:

- a promoção de oportunidades de educação para crianças de 0 a 6 anos e a busca de um início educativo mais justo;
- a universalização do acesso à escola e da permanência das crianças mais vulneráveis à exclusão, como as provenientes de famílias de baixa renda, as crianças trabalhadoras e de rua, as crianças do meio rural e as portadoras de deficiência;
- a melhoria das condições da escola e do ensino, a diminuição da repetência e da evasão, buscando adequação das condições físicas da rede, a disponibilidade de insumos pedagógicos, escolas com pedagogias ativas e participativas, redes que ofereçam maior tempo e oportunidades de aprendizagem e que mudem sua prática de avaliação respeitando as diferenças no ritmo de aprendizagem;
- a valorização do professor, assegurando seu *status* como profissional (carreira e estatuto do magistério), assim como permitindo sua habilitação, profissionalização e capacitação permanente;

- a democratização da gestão escolar com participação da comunidade para fortalecê-la como o centro das decisões;
- a modernização dos sistemas de gestão, visando desconcentração e descentralização do sistema educacional, e criação de um sistema avaliativo dos vários segmentos administrativos e do ensino de modo a se detectar necessidades de formação, reciclagem e apoio técnico das equipas;
- o desenvolvimento de uma adequada articulação União/Estado/Município, para uma gestão mais eficiente do sistema, assim como a ampliação das parcerias com as comunidades locais, sindicatos, Organizações Não-Governamentais (ONGs), setor privado, etc;
- a criação de oportunidades educacionais para toda a população, no intuito de aproveitar todos os recursos educacionais do município e ampliar seus benefícios para todos.

Dentro deste contexto insere-se o caso de S. J. da Varginha, que tem priorizado a educação através de investimentos superiores a 25% de sua receita, com o objetivo de possibilitar o acesso de todas as crianças à escola e de implementar um sistema de bolsa de estudos para os professores.

Maria Alice Setúbal Souza e Silva
CENPEC
Centro de Pesquisas para Educação e Cultura

**A EXPERIÊNCIA DO
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ
DA VARGINHA**

DADOS BÁSICOS

I

Dados Básicos

Localização

Estado de Minas Gerais - Sudeste do Brasil
 Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte
 Microrregião Pará de Minas

São José da Varginha

Demografia

População

2.023 (1980) ————— 2.692 (1991)

Homens: 1.402
 Mulheres: 1.290

Área Total km²

192

Densidade hab/km² 1991

14,16

Taxa de Crescimento Anual 1991

2,63

Atividades Econômicas Predominantes

Extrativismo Siderúrgico, Avicultura, Horticultura e Comércio

Fonte: Censo Demográfico 1991 - Resultados Preliminares

Rede Municipal de Ensino - 1991 **Pré-escola, 1º e 2º Graus**

Nº de Estabelecimentos*	Nº de Alunos
12	250

* Vide Metodologia - Anexo 1.1 - p. 52.

REDE ESCOLAR BÁSICA

Número de Estabelecimentos e Alunos por Dependência Administrativa - 1989

TIPO DE ENSINO		Pré-Escola		1º Grau		Total Geral	
		T	R	T	R	T	R
FEDERAL	Estabelecimentos	0	0	0	0	0	0
	Nº de Alunos	0	0	0	0	0	0
ESTADUAL	Estabelecimentos	1	0	1	0	2	0
	Nº de Alunos	26	0	307	0	333	0
MUNICIPAL	Estabelecimentos	0	0	7	6	7	6
	Nº de Alunos	0	0	177	177	117	177
PARTICULAR	Estabelecimentos	0	0	0	0	0	0
	Nº de Alunos	0	0	0	0	0	0

Ficha-Resumo

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Educação Infantil

- Manutenção de creche que funciona como Centro Educacional

Ensino Fundamental

Universalização do ensino

- Transporte para os alunos da área rural

Melhoria do ensino e da escola

- Fornecimento de merenda escolar
- Recuperação e equipamento das escolas, inclusive a estadual
- Assistência médica e odontológica aos alunos
- Adoção de novos métodos e práticas educativas (cursos pela TV, encontros com especialistas, integração de ciências, saúde, ambientalismo com práticas agrícolas, etc..)

Gestão da escola e do sistema

- Integração da escola com a EMATER e com a RURALMINAS
- Parceria com a Secretaria Estadual de Educação

Valorização do Magistério

- Concessão de bolsas de estudo para os professores cursarem Faculdade
- Melhoria salarial
- Transporte para o professor
- Elaboração e aprovação do Estatuto do Magistério
- Admissão na função do magistério por concurso e contratação via CLT
- Manutenção de curso de habilitação para o magistério

LIÇÕES APRENDIDAS

- A educação pode influir sobre o município de maneira multiforme, desde que haja vontade política
- A criatividade é possível, não só no campo da prática pedagógica, como também no campo do estímulo e apoio ao magistério
- Municípios, mesmo pequenos, têm condições de encontrar caminhos alternativos com os próprios recursos locais.

**O PROBLEMA E
SEU CONTEXTO**

II

S

ão José da Varginha, menos de 5000 habitantes¹, 190 km² de extensão, situa-se na região denominada Depressão Periférica do Rio São Francisco, nas colinas e planícies ao longo do Rio Paraopeba. Fica a 98,9 km de Belo Horizonte e a 16 km do maior centro da microrregião, a cidade de Pará de Minas, município do qual foi desmembrado em 1962.

A ocupação historicamente registrada da região começou quando bandeiras paulistas entraram à procura do ouro descoberto por volta de 1710, em Pitangui. Fugiam dos critérios de favorecimento do reino português nas minas mais conhecidas, e fixaram *pousos* ao longo do caminho de penetração. Aos poucos, atividades agropastoris avançaram sobre o extrativismo, gerando núcleos, entre os quais Pará de Minas. São José da Varginha foi criado como distrito de Pará de Minas, em 1881.

No único distrito de São José da Varginha, além da sede, há seis povoados. É dotado de energia elétrica da CEMIG (urbana e rural), serviços de água e telefone, comércio (combustíveis, rações, alimentação, utilidades domésticas, vestuário e calçados), um posto de saúde, um campo de futebol, uma biblioteca, um posto do Sindicato de Trabalhadores Rurais, uma agência do Banco do Estado de Minas Gerais. Uma estrada pavimentada (MG 432) liga a sede a Pará de Minas.

É um pequeno município em região desmatada pelo extrativismo para fins siderúrgicos (carvão comercializado em Pará de Minas), tendo posição geográfica favorável, graças ao clima (média anual de 21°C) e a proximidade de Belo Horizonte. São José da Varginha conta com 50% de

1. Há uma grande divergência entre o dado censitário (ver Censo Demográfico de 1991 - Resultados Preliminares, IBGE, Rio, 1992), 2.692 habitantes, e a estimativa da Prefeitura, com base no total de eleitores votantes em 1991 - 2.612 regularmente registrados. O prefeito avalia em 4.000 habitantes a população do município.

sua receita municipal assegurada pela União – transferências correntes e de capital – e 34,5%² pelo Estado, por conta da arrecadação do ICMS; o restante, proveniente da arrecadação local de impostos, é de pouco mais de 16%, dos quais mais da metade se deve à tributação de negócios com terras. Este quadro econômico, à primeira vista, parece descrever um cenário pouco favorável ao desenvolvimento educacional, num município que não tem sequer um cinema ou um hospital.

Mas, em 1990, São José da Varginha ocupava o 148º lugar em termos de arrecadação do ICMS³, entre os 722 municípios então existentes em Minas Gerais, devido, principalmente, à avicultura intensiva que, na década de 1980, evoluiu até chegar a uma produção mensal de 4 milhões de aves⁴. A comercialização prioriza a região Norte e o comércio exterior (países árabes, como Líbia, Irã, Iraque e Kuwait).

A avicultura recebeu apoio da administração local e deu origem a interessantes iniciativas. Por exemplo, a criação de uma cooperativa bem estruturada, que reúne granjeiros da região em torno de Pará de Minas, onde foram montados os abatedouros e os pontos de comercialização. Outro exemplo foi a implantação de técnicas modernas no cultivo de milho e de hortigranjeiros (principalmente o tomate). O município é hoje o 5º produtor de tomates do Estado. Tais atividades são desenvolvidas lado a lado com as tradicionais (criação de gado, produção de laticínios e extrativismo vegetal para fins siderúrgicos), bem como o pequeno artesanato (tecelagem de balaios e peneiras).

O INCRA cadastrou em São José da Varginha 423 propriedades rurais⁵, das quais 144 já usavam processos modernos de irrigação. Toda essa atividade produtiva, já bem radicada, e a retração de recursos financeiros vindos do governo estadual e do federal, deixavam à administração municipal pequena margem de intervenção. Porém a administração municipal, que tomou posse em 1988, conseguiu superar essas aparentes dificuldades com a visão de que a qualidade de vida e o desenvolvimento educacional podiam e deveriam merecer atenção, recursos e criatividade. Nessa perspectiva, a nova gestão procurou desenvolver ações para enfrentar a dispersão da população e a falta de habilitação dos professores, fatores que impediam a existência de um ensino de qualidade.

2. Dados de 1990, coletados pela Fundação João Pinheiro - Relatório preliminar de pesquisa - 1992.

3. *Jornal de Minas Gerais Interior*, 02.08.90, p. 13. O prefeito informou que esta posição já subiu para 133º, em 1991.

4. Informação prestada pelo prefeito à Fundação João Pinheiro (entrevista em novembro de 1991).

5. *Minas Gerais*, Suplemento *Municípios Mineiros*, nº 208, 5.11.86.

**A POLÍTICA
NORTEADORA
DA PROPOSTA
EDUCACIONAL**

III

A

administração municipal (gestão 1988-1992) foi a 8ª na história de São José da Varginha. Neste mandato, como nos anteriores, os titulares pertencem a famílias tradicionais da região. O programa de governo enfatizou o desenvolvimento sócio-econômico do município. Desde a introdução da avicultura, com o apoio regional, a economia do município teve importante avanço. Segundo o prefeito, “o ICMS importante é o da avicultura, 99%, e estamos entre os 5 maiores produtores de tomate do Estado”. Para desenvolver esta base de renda e empregos, a Prefeitura comprou equipamentos para terraplenagem, de modo a oferecer subsídios aos produtores iniciantes.

Ela previa que a arrecadação de 1992 subiria 158%, apesar da crise do mercado internacional depois da Guerra do Golfo, pois estavam sendo abertas novas vias de escoamento da produção agrícola para Estados do Norte do país. Houve preocupação com o fato de que os impostos arrecadados sobre a venda das aves preparadas para a comercialização serem computados a Pará de Minas, aonde se localizam os abatedouros, apesar de 60% da produção ter origem em Varginha e em dois outros municípios próximos. Entretanto, o prefeito avalia: “No primeiro ano de administração, começamos a comprar máquinas e a fazer toda a terraplenagem nas terras dos cooperativados. Investimos, mas hoje já estamos tendo o retorno. Não só em termos de produção, mas também de valorização da terra. E o trabalho da Prefeitura, sob a forma de educação, saúde, assistência de todo tipo, fica sendo uma forma de retorno ao povo”.

A Prefeitura acredita ser fundamental à administração do município uma atitude criativa, já que a dependência de órgãos estaduais que se pautam por interesses eleitoreiros torna tudo lento e difícil. “A gente tem que

criar alternativas aqui, dentro do próprio município, e por isso é importante manter os moradores no lugar em que nasceram. Proporcionar educação fica sendo uma forma de reter aqui o pessoal que nasceu aqui e está aprendendo a produzir e investir seus resultados no município. À medida que se dá uma assistência maior às comunidades, como Conquista, Lagoa Preta, Mata da Juliana, então o pessoal fica aqui em Varginha por muito mais tempo”. O prefeito se reporta à dificuldade para se conseguir estudar, enfrentada por sua geração: “Eu tive que sair daqui aos 10 anos de idade para estudar em Belo Horizonte. Voltei, mas a maioria que saiu não voltou mais. A pessoa nasce aqui, cresce aqui, depois vai embora e não traz nenhuma contribuição para cá”.

**A PROPOSTA
EDUCACIONAL**

IV

N

os dois últimos mandatos, a Prefeitura tem se dedicado a desenvolver a oferta de serviços educacionais. Reformulou conceitos e objetivos de trabalho na rede de ensino. Concentrou esforços na melhoria da qualidade da rede física e dos insumos (como merenda e material didático); paga o transporte de alunos e professores. Ampliou o apoio aos docentes fora das salas de aula, custeando a qualificação profissional dos professores. Usa as escolas como pólo de introdução de técnicas agrícolas (EMATER, RURAL-MINAS) e de cuidados com a saúde (vacinação, assistência odontológica). Quer proporcionar a todos os seus estudantes a oportunidade de chegar até o curso superior, sem terem que sair de seu município.

Esta definição política se concretizou no levantamento dos percentuais da renda municipal empregados em educação, de 1985 a 1991, nas declarações colhidas do atual prefeito, na descrição das ações realizadas na rede de educação e nos depoimentos de pessoas envolvidas no processo, como profissionais, estudantes ou seus familiares.

As despesas da Prefeitura de São José da Varginha com Educação têm sido, desde 1985, acima do percentual mínimo exigido por lei.

Verifica-se que os gastos em Educação, desde meados da década anterior, superam o mínimo exigido constitucionalmente. O prefeito justifica: "Eu mantenho escola até para seis alunos, 50% da minha folha de pessoal é com Educação. Ficaria muito mais barato trazer os meninos para a escola aqui na sede, mas acho que a escola tem uma missão no povoado. Ela tem de ser um centro de convivência da comunidade. Isso é fundamental. Se eu fechar a escola, estarei desagregando ainda mais aquela comunidade. Então, o custo não pode ser contado só em

termos de Educação, ele tem de ser repartido com tudo mais que se passa por lá, em saúde, em progresso local, em religião, festas, bailes...”. A praça de esportes, a igreja e o centro de saúde intercomunicam-se com a escola do povoado. No futuro pretende-se que as instituições de assistência à população atuem em perfeita sintonia.

A verba destinada à Educação é gasta, em primeiro lugar, com a folha de pagamento de pessoal e as despesas de construção e manutenção da rede física. Agregam-se, também, os custos de material escolar e merenda, também primordiais para a Educação.

Mas há ainda uma parte destinada a iniciativas inovadoras: o custeio de transporte para alunos e professores entre os povoados e a sede (a mesma condução leva professores e traz alunos de 5ª a 8ª série para a cidade, e faz o caminho inverso ao final do dia letivo), bem como para os bolsistas da Prefeitura no ensino superior em Pará de Minas (professores que estão cursando Faculdade no horário noturno, com bolsa de estudos e transporte garantidos pela Prefeitura). Explica o prefeito: “Quando começamos, a maior parte de nossos professores era de fora – de Pequi, de Pará de Minas. Hoje o pessoal de Varginha já ocupa praticamente todos os cargos, e o dinheiro que eles ganham fica aqui. Quer dizer, está melhorando o município. Além de recursos humanos, os recursos financeiros também ficam conosco”.

E esclarece que: “Qualquer um que queira uma bolsa de estudos, independente do partido político, obtém sua bolsa. Acho isso fundamental”. E acrescenta: “Outro ponto importante é o salário dos professores rurais. Não é grande coisa, mas já é o melhor da região. E além disso a pessoa tem seu estudo pago, tem o ônibus de dia para ir para o trabalho e de noite para ir à faculdade. São coisas que vão se agregando ao salário. Já tenho professores na área rural com faculdade. Os profissionais de Educação têm de melhorar”.

O apoio educacional se estende também aos alunos da única escola estadual da cidade, que mantém o 1º grau completo. Ao detectar as dificuldades extra-classe das crianças que eram reprovadas, o prefeito deu a elas a oportunidade de terem orientação para os estudos e almoço na creche da Prefeitura. Desse modo, estudantes com oito anos, convivem na creche com as crianças pequenas, mas há uma professora disponível para auxiliá-los em suas atividades.

Assim, a Educação não é, no contexto da filosofia de ação do

prefeito de São José da Varginha, um setor estanque e que pesa aos cofres municipais. É uma alternativa de investimento, que entrelaça recursos financeiros e humanos. Dentre eles destacam-se o uso de novas tecnologias, como a que está sendo adotada na avicultura, ou os equipamentos de informatização comprados para a Prefeitura, além dos televisores e videocassetes, adquiridos para as escolas.

Duas são as preocupações do município em relação à Educação. A primeira diz respeito à reciclagem dos professores. Eles são jovens, entre 19 e 39 anos, recém-formados ou em plena formação. Mas o que se ministra nos cursos não garante que atuem de forma criativa e realista ante as circunstâncias de vida da geração nova. Cita-se, como exemplo, a dificuldade deste em utilizar no ensino a TV e o vídeo, já tão comuns no uso doméstico (Varginha pode captar as mesmas emissoras de TV que Belo Horizonte). Há um verdadeiro esforço para aprimorar as atividades escolares.

A segunda preocupação refere-se à maneira de se obter a participação efetiva da comunidade na construção de seu próprio futuro. "Aqui acontece algo que assusta um pouco: quanto mais a gente dá, mais o povo se acomoda. É difícil conseguir levantar realmente o pessoal. É muito mais fácil esperar que a Prefeitura vá cobrindo, por exemplo, a deficiência de transportes. Então, isso me preocupa: será que eu estou fazendo a coisa certa? Será que é esse o caminho? As pessoas estão se acomodando ou estão crescendo?" Ele também enfatiza a necessidade de uma escola de qualidade, que seja o núcleo das comunidades rurais.

"Deve ser ali o ponto de encontro das pessoas nas horas de lazer ou, então, para discutir alguma coisa de seu interesse. Isso é também uma maneira de colocar a família em contato com a escola para que ela perceba, assim, a importância da Educação. No tocante ao desenvolvimento social, a escola funciona como um ponto de aglutinação da comunidade. É através da escola que chega até a comunidade um técnico da EMATER, da RURALMINAS, um médico, um dentista. Assim, a escola funciona como um centro, um pólo aglutinador, um centro repassador de informações e de outra série de coisas."

A IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES

V

1. Bases Legais

A Prefeitura se organizou para o trabalho em Educação, no mandato do atual prefeito, por meio de dois instrumentos legais básicos: A Lei Orgânica dos Municípios e o Estatuto do Pessoal do Magistério. O Estatuto, aprovado em agosto de 1989, prevê um quadro com o mínimo de pessoal no órgão central (um coordenador e respectivo auxiliar, ambos cargos de confiança); professores de 2º grau com licenciatura plena ou curta; para os de 1º grau, da 1ª à 4ª série, habilitação de magistério obtida com o 2º grau. A admissão por concurso e o acesso são regulamentados e o regime de trabalho é o mesmo adotado para todos os serviços da Prefeitura, conforme a CLT.

A Lei Orgânica de 1990 trata da Educação em capítulo próprio (Título: Da ordem social, Cap. IV, Artigos IV, Artigos 163 a 168), que condensa dispositivos fundados na Constituição Federal.

Dentro das possibilidades admitidas por essa legislação, a Prefeitura firmou convênio com o governo estadual em setembro de 1991. Os termos deste convênio são de mútua ajuda, mas isto não se concretizou ainda, na prática. De qualquer forma a Prefeitura custeou a recuperação do prédio da escola estadual; auxiliou a compra de livros, cadernos e material didático para os alunos; manteve os auxiliares e deu assistência aos alunos de 5ª a 8ª série, de famílias de baixa renda.

2. A Rede Escolar e Seu Papel no Município

As ações desenvolvidas dificilmente são bem compreendidas apenas pelos dados numéricos: a rede de escolas é pequena e a taxa de matrícula é baixa devido à distribuição geográfica da população. Entretanto, nas iniciativas da Prefeitura para garantir a existência de escolas e a frequência dos alunos, percebe-se que em São José da Varginha foi-se bem além do convencional, a começar pela própria rede física. As escolas foram recuperadas, e sua localização no centro do povoado, ao lado da igreja, da praça de esportes, do posto telefônico e do serviço de saúde, contribuiu para que ela se tornasse motivo de apreço e ponto de reunião. Todas as escolas têm, além das salas de aula (2, 3 ou 5, conforme a localidade), área para merenda, espaço coberto e não coberto para recreação. Em algumas, há horta escolar; em uma delas, há criação de aves e de porcos para complementar a merenda da rede escolar.

Equipe Técnica das Escolas

- Escola Estadual: 20 professores, sendo 12 com habilitação em 2º grau (magistério) e 8 com nível superior, mais duas professoras sem treinamento específico, na pré-escola;
- Escolas Rurais: 22 professoras, das quais 2 com 2º grau incompleto, 16 com magistério, 4 com nível superior;
- Escolas de 2º grau: diretora com nível superior, 6 professores com superior completo, 4 com superior incompleto, 1 sem licenciatura;
- Creche: total de 8 pessoas, sendo 2 com superior incompleto, 3 com magistério, 1 com 2º grau incompleto, 2 com o 1º grau.

3. Criando Oportunidades Educativas para Todos

O conjunto dos dados condiz com a densidade populacional do município. Se os dados censitários fossem reais ter-se-ia provavelmente um percentual elevado, acima de 80%, de atendimento no ensino básico. À falta de dimensionamento adequado, a secretária municipal afirma que toda a demanda é atendida, “só não estuda quem não quer”.

Há escola até para grupos de apenas seis alunos. Ela acrescenta a dificuldade em contatar as famílias que não têm moradia fixa e se deslocam em busca de trabalho, e as precárias condições de motivação. “É difícil reunir os pais. Eles só aparecem para matricular e, de vez em quando, nas festas”.

O que atrai as crianças para a escola são as notícias que correm sobre o que se oferece nestas, em termos de saúde, alimentação, lazer e socialização. O interesse pela educação das crianças vai desde a viabilização de serviços médicos e odontológicos (nos postos de saúde) até a compra de videocassetes com programas educativos (que os profissionais das escolas ainda têm dificuldades em utilizar).

O motivo mais comum da evasão escolar é a mudança da família. Quanto à reprovação, em geral é por falta de assiduidade: o aluno ‘some’, e as explicações para a sua ausência não são consistentes com os fatos, quase sempre bem conhecidos das professoras, que acompanham de perto seus alunos, e podem individualizar o ensino e às vezes ajudar quando há problemas familiares. Procura-se “adotar os mesmos livros que a escola estadual” para que os concluintes da 4ª série sintam-se mais seguros ao passar para a 5ª série. Tanto as mães quanto as crianças acham o ensino muito bom nas escolas rurais.

Gostam da escola, dos professores e mostram-se à vontade para conversar com pessoas de fora, mostrar seus cadernos, etc. O índice de aprovação escolar dos alunos nas escolas rurais, em 1992, de acordo com as professoras, foi de aproximadamente 70%.

4. Encontrando Soluções Para as Dificuldades

Alguns aspectos do funcionamento do setor educacional, característicos de São José da Varginha, merecem destaque: a creche, o transporte escolar, o sistema de bolsas de estudo para os professores e o esforço para manutenção do curso de habilitação para magistério.

A creche mereceria nome de Centro Educacional, pois funciona em prédio situado no centro da cidade, com berçário, pré-escola, e servindo como centro de apoio a crianças sem condições de estudar em casa, mas que estão matriculadas nas séries iniciais da escola estadual mais próxima. Em geral, os pais dessas crianças trabalham o dia inteiro. Por isso, deixam a criança na creche, onde ela recebe alimentação, assistência, atividades de recreação e ajuda nos deveres de casa, dada por uma professora e por estagiárias do curso de Habilitação para o Magistério. Até a roupa dos meninos é lavada na creche. A coordenadora da creche faz um trabalho educativo com as mães, e estende a elas a assistência médica e os remédios obtidos no posto de saúde.

Oferecer transporte aos estudantes foi uma das maneiras de garantir que a população dispersa tivesse acesso à escola. Viaturas da Prefeitura foram trocadas por um ônibus que, duas vezes por dia, faz um percurso entre os povoados e a cidade. Aonde não passa o ônibus, aproveita-se 'carona' do caminhão que recolhe a produção diária de leite. Também há o caso das crianças excepcionais que precisam de educação especial. Um vereador, que vai diretamente a Pará de Minas, encarrega-se de levá-las três vezes por semana a APAE, e nos outros dias elas freqüentam a escola rural próxima de suas casas. E ainda mais: para que os professores

possam fazer curso superior em Pará de Minas, no horário noturno, um taxi-lotação foi contratado para fazer o transporte.

A Prefeitura decidiu custear os cursos de licenciatura. Desta forma, os educadores crescem profissionalmente, enquanto permanecem no trabalho com as crianças, quer da cidade, quer dos povoados. Ao todo, neste quadriênio, foram concedidas 26 bolsas de estudo.

Os resultados dessas iniciativas são contabilizados não somente em Educação, mas também no crescimento social da cidade. Outro destaque é a luta para manter em São José da Varginha o Curso de Habilitação para o Magistério. A escola já existia antes desta administração, como extensão de um estabelecimento de outro município. A reduzida procura por matrícula levou ao desestímulo da iniciativa particular. A Prefeitura assumiu a escola, pois era importante para a formação dos professores que residem na cidade. Esta foi instalada em prédio construído por uma administração anterior para ser um clube, mas nunca chegou a ter funcionamento permanente. Assim, durante a semana, lá funciona a Escola Normal. Nos feriados e fins de semana fica aberto à utilização comunitária. A diretora e o prefeito se esforçam por superar as precariedades, a formar biblioteca, conseguir professores habilitados, conscientizar os formandos de 1º grau, apontando-lhes a segurança de trabalho na rede municipal.

**CONSIDERAÇÕES
FINAIS**

VI

São José da Varginha pode ser apontada como caso típico onde, pela vontade política, a educação transforma o município de maneira multiforme. Não se trata de usar receitas padronizadas, mas de identificar os obstáculos e trabalhar sobre eles, sem restringir-se ao habitualmente considerado como função da escola.

A população do município é dispersa. A frequência à escola é baixa em épocas de plantio e colheita, pois famílias inteiras trabalham nestas fases. As escolas não conseguiram ainda adaptar seu ritmo à sazonalidade. Raramente uma criança começa e termina as quatro séries iniciais na mesma escola, ficando os pais com a responsabilidade de colocá-las em outras escolas.

Cabe ao sistema estadual de educação, que tem representação na microrregião, suprir as carências do município em termos pedagógicos através de inspeção, da reciclagem de pessoal e outros procedimentos, e utilizar o potencial de criatividade e infra-estrutura existentes no município.

Vários são os modos de buscar a qualidade desejada para a educação de base nos pequenos municípios. Um deles – a formação em cursos regulares – já está sendo tentado em São José da Varginha. As inovações demonstradas pela Prefeitura fazem emergir outras, como a utilização de cursos transmitidos pela televisão, acoplados a encontros de orientação com especialistas, no próprio município ou em cooperação com cidades vizinhas; a filiação a núcleos, por exemplo, para utilizar os equipamentos de computação que a Prefeitura já tem; a vitalização das atividades de ensino, aliando ciências, saúde, ambientalismo, geografia, matemática e comunicação escrita às práticas agrícolas; a utilização dos prédios escolares para o trabalho com adultos, sob a coordenação

de moradores locais, de interesses de saúde e economia da família, ou mesmo alfabetização. Convênios com instituições, dentre as quais as universitárias, fazem surgir idéias e iniciativas valiosas.

Os municípios pequenos devem ser orientados sobre as dificuldades geralmente encontradas quando procuram serviços e recursos estaduais e federais. Como São José da Varginha, terão de aprender a conviver com entraves, e encontrar caminhos alternativos com seus próprios recursos locais. A todos cabe, no entanto, a coresponsabilidade no desenvolvimento eficaz e os pequenos podem dar valiosa contribuição, neste processo de ensinar-aprender.

Em São José da Varginha, os limites teoricamente atribuídos à responsabilidade da Prefeitura estão sujeitos a questionamentos, em nome da necessidade prática e imediata de criar alternativas de estudo superior, de transporte, de reforço para crianças carentes etc. Isto, sem abandonar o zelo em aplicar os recursos disponíveis de forma econômica e racional. Há um princípio de equidade aplicada, superando definições burocráticas.

Em relação à participação comunitária, a reflexão do prefeito indica um posicionamento crítico, bem como a busca de novas vias para construção da verdadeira parceria entre o cidadão e o poder público ou, em outros termos, o desenvolvimento da cidadania. Tal como vários outros aspectos do trabalho em São José da Varginha, essa reflexão tem que continuar para construir caminhos que ensinem, que façam retornar ao povo os benefícios da riqueza que ele constrói com suas mãos, ao mesmo tempo que torna essas mãos ágeis, responsáveis, presentes na construção do coletivo e do bem-estar individual e da família.

ANEXOS

VII

1. Metodologia da Pesquisa

1.1 Informação Geral

A análise e o registro de experiências educacionais desenvolvidas no âmbito de diferentes municípios do país envolveram várias fases de trabalho. Já no início do 2º semestre/92, uma equipe do CENPEC procedeu a um levantamento de publicações – revistas, jornais ou outros periódicos – que pudessem conter algumas indicações sobre projetos educacionais municipais. Foram resumidas, aproximadamente, 100 experiências e selecionadas somente as que abrangiam o sistema escolar como um todo. Esses levantamentos, assim como outros já realizados ou de conhecimento do próprio UNICEF, possibilitaram a escolha criteriosa de 15 municípios, selecionados entre aqueles considerados de porte grande, médio e pequeno, localizados em nove Estados brasileiros.

Para a formação das equipes de trabalho optou-se pela escolha de dois profissionais de cada Estado, sendo um com experiência na área educacional e outro na área das Ciências Sociais, no intuito de garantir um apreensão mais abrangente de cada uma das experiências.

O material para coleta de dados, elaborado pelo CENPEC, constou de diferentes instrumentos com orientações sobre os procedimentos gerais a serem seguidos, roteiros de entrevistas, fichas de caracterização e identificação do município e da escola, orientação sobre a metodologia do trabalho de campo e elaboração do relatório.

O procedimento adotado não teve a preocupação de impor roteiros de observação ou entrevistas rígidos. Ao contrário, procurou-se respeitar a diversidade de cada experiência e, ao mesmo tempo, preservar a uniformidade, adotando-se como diretriz única, a metodologia

recomendada no documento: *Procedimento para uma Avaliação Rápida*, UNICEF.

Dessa forma, tanto os roteiros de entrevistas, como as fichas para levantamento de dados do município ou das escolas, embora feitos de forma a conduzir às observações para a elaboração do relatório, podiam ser complementadas de acordo com o entrevistado e a natureza da experiência.

Visando garantir uniformidade nos indicadores educacionais para a elaboração do relatório final, estruturou-se um instrumento único, no qual deveriam ser registrados dados básicos e que normalmente são preenchidos pelos municípios para serem enviados ao Ministério da Educação. No entanto, os dados coletados diferem da metodologia adotado nos procedimentos dos indicadores do MEC.

Assim, a leitura comparativa entre os dados coletados nos municípios e aqueles retirados das publicações oficiais do MEC, para 1989, apresentam diferenças, principalmente quando referentes a número de estabelecimentos

Para elaboração do relatório foram ainda considerados diversos documentos fornecidos pela Secretaria de Educação: Decretos-leis, estatísticas-educacionais, documentos-base de definição de políticas, gráficos, revistas, material de alunos e de professores.

A análise dos dados procurou pautar-se por uma reflexão criteriosa e crítica, a partir de fatores colocados como prioritários para análise, a saber: a promoção de oportunidades de educação infantil; a universalização do acesso à escola e a democratização da permanência das crianças excluídas do sistema; a melhoria das condições da escola e do ensino; a diminuição da repetência e da evasão; a valorização do professor; a democratização da gestão escolar com participação da comunidade; a modernização dos sistemas de gestão; e a criação de oportunidades educacionais para toda a população.

1.2 No Município de São José da Varginha

Em São José da Varginha, o primeiro contato foi feito com a coordenadora do Serviço de Educação, com quem se obteve informações sobre a rede de escolas, os recursos humanos e a estrutura do setor. A coordenadora encarregou-se de coletar os textos legais, forneceu amostras de material de orientação distribuído às escolas,

detalhou informações sobre escolas, os recursos humanos e a estrutura do setor. Também encarregou-se de coletar os textos legais, forneceu amostras de material de orientação distribuído às escolas, detalhou informações sobre escolas, serviços de transporte, conexão com a escola estadual na sede do município etc, além de providenciar o preenchimento dos questionários individualizados sobre as escolas.

A entrevista com o prefeito versou, de início, sobre sua concepção do papel da administração municipal com vistas ao desenvolvimento do município e especificamente da Educação.

Dados sobre legislação municipal, informações sobre orçamento e serviços (tais como transporte, auxílio à escola estadual, atendimento a excepcionais), foram também coletados e organizou-se o roteiro de visitas.

O próprio prefeito conduziu as pesquisadoras às escolas rurais, selecionadas pela acessibilidade e pelo porte – uma delas é uma das menores, as outras duas estão entre as três maiores, devido ao fato de se situarem em povoados mais antigos e terem maior número de matrículas. Vale registrar que, por causa das chuvas e do estado das estradas vicinais, era necessário usar veículo adequado – e, no caso, a camioneta do prefeito era o recurso disponível. Registre-se igualmente que o prefeito procurava deixar as pesquisadoras à vontade, ocupando-se em outros contatos. Além das escolas rurais, foram visitadas a creche e a escola de 2º grau com habilitação para o magistério, estas localizadas na cidade.

A característica que emerge do conjunto de dados coletados por observações, entrevistas e questionários foi a do compromisso ou determinação da liderança municipal. É este, sem dúvida, o fator que confere à rede de escolas de São José da Varginha sua maior especificidade. O fato de contatar as escolas já ao final do ano letivo (sem as interrupções e greves correntes nas cidades, o ano escolar termina mais cedo) não favoreceu o aprofundamento das informações. Entretanto, julga-se ter obtido, por via das observações e depoimentos, resultado consentâneo com a proposta de trabalho.

Em todos estes contatos, procurou-se conversar com o pessoal das escolas, com os alunos, com os representantes das comunidades e com as mães; funcionários da prefeitura e moradores das localidades também deram depoimentos espontâneos. Não houve possibilidade de mobilizar pais, não só devido à distância, como pelo fato de se estar

em tempo de trabalho e de chuvas. Esta dificuldade de atrair os pais à escola foi explicitada pela coordenadora de Educação, como característica observada em seu trabalho.

Em quase todas as entrevistas foi adotado tríplice registro: anotações pessoais de cada uma das pesquisadoras e, sempre que possível, gravação da conversa. No momento da redação, foi possível proceder ao cotejo entre três fontes. Em alguns casos, por exemplo, não foi possível gravar as conversas informais com moradores dos povoados, funcionários da prefeitura, professores e alunos, mas os dados foram anotados para posterior utilização.

A realização da coleta de dados deu oportunidade às pesquisadoras de encaminhar, para contato, a Prefeitura com a Universidade Estadual de Minas Gerais para apoio pedagógico à rede de ensino.